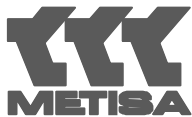




METISA

**METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.
E CONTROLADA**

INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELAS INSTRUÇÕES CVM Nº 480 DE 07.12.2009 E
CVM Nº 481 DE 17.12.2009, EM ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA



A - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

• A.1 - IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA

METISA Metalúrgica Timboense S.A.

Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob Nº 86.375.425/0001-09 e com Inscrição Estadual-IE Nº 250.266.776.

Sede

Rua Fritz Lorenz Nº 2442 - Distrito Industrial
89120-000 - Timbó (SC)

• A.2 - Diretoria de Relações com Investidores

Wilson Harrison Jacobsen

Telefone: (47) 3281.2273

Fax: (47) 3281.2223

E-mail: dri@metisa.com.br

• A.3 - Auditores Independentes da Companhia

UHY Bendoraytes & Cia.

Av, João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 3, 1301 à 1305

Edifício Corporativo CEO

22775-057 - Rio de Janeiro (RJ) - Brasil

Tel (55 21) 3030.4662

www.uhy-br.com

• A.4 - Jornais nos quais a Companhia divulga informações

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DIOESC e Diário Catarinense.

B - CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSE RELATÓRIO

Esse documento deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras da METISA Metalúrgica Timboense S.A., publicadas no dia 24 de março de 2020 nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DIOESC e Diário Catarinense. Essas Demonstrações Financeiras também encontram-se disponíveis no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.



C - INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17.12.2009

- **C.1 - Proposta da Administração para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2020**

- **C.2 - Edital de Convocação para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2020**

- **C.3 - Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo**

Disponível a partir de 24.03.2020, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.

- **C.4 - Cópia das Demonstrações Financeiras**

Disponível a partir de 24.03.2020, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.

- **C.5 - Parecer dos Auditores Independentes**

Informação disponível a partir de 24.03.2020, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.6 - Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

Informação disponível a partir de 24.03.2020, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.7 - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP**

Disponível a partir de 24.03.2020, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.8 - Informações requeridas pelas Instruções CVM Nº 480 de 07 de dezembro de 2009 e CVM Nº 481 de 17 de dezembro de 2009, em atendimento ao Edital de Convocação da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2020.**



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Os Diretores devem comentar sobre:

As informações a seguir referem-se à Companhia e a sua Controlada (Consolidado).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistente uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio. A Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 87.977.670,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e setenta reais) e dívidas financeiras de R\$ 38.056.112,00 (trinta e oito milhões, cinquenta e seis mil, cento e doze reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 49.921.558,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e oito um reais).

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia, atualmente, não está utilizando fontes de financiamento de terceiros.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros de mercado para financiar o seu capital circulante e não circulante, se necessário.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2019:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

			Controladora e Consolidado	
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2019	2018
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	418.669	150.201
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	37.637.443	21.288.060
	Total dos empréstimos		38.056.112	21.438.261
	Circulante		(37.826.823)	(21.338.127)
	Não Circulante		229.289	100.134



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:			
2020		-	50.067
2021		189.380	50.067
2022		39.909	
		229.289	100.134

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais e alienação fiduciária dos bens.

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)

Ativo

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.790.553	49.659.573	76.932.543	49.695.378
Títulos e valores mobiliários	4	12.187.117	10.150.018	12.187.117	10.150.018
Contas a receber e outras contas a receber	5	60.759.586	58.575.903	61.193.594	58.579.599
Estoques	6	63.090.644	61.390.519	63.090.644	61.390.519
Tributos a recuperar	7	5.568.949	10.462.836	5.568.949	10.462.836
Despesas antecipadas		98.308	141.788	98.308	141.788
Total do ativo circulante		217.495.157	190.380.637	219.071.155	190.420.138
Realizável a longo prazo	8	4.379.545	4.374.945	4.379.545	4.374.945
Investimentos	9	9.868.402	10.357.336	-	-
Imobilizado	10	76.362.587	74.128.179	84.661.747	84.454.318
Intangível	11	717.480	737.806	717.480	737.806
Total do ativo não circulante		91.328.014	89.598.266	89.758.772	89.567.069
Total do ativo		308.823.171	279.978.903	308.829.927	279.987.207

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores		3.406.564	2.636.291	3.406.564	2.636.291
Empréstimos e financiamentos	12	37.826.823	21.338.127	37.826.823	21.338.127
Salários e encargos sociais		3.797.576	3.778.755	3.798.624	3.782.833
Obrigações tributárias	13	2.452.789	2.402.517	2.456.847	2.403.033
Férias e encargos sociais		3.208.059	3.293.234	3.209.709	3.296.944
Participação dos empregados	14	997.806	935.355	997.806	935.355
Participação dos administradores	15	2.054.413	1.827.111	2.054.413	1.827.111
Comissões e fretes sobre vendas		2.710.655	2.110.731	2.710.655	2.110.731
Outras contas a pagar		1.206.664	1.152.571	1.206.664	1.152.571
Total do passivo circulante		57.661.349	39.474.692	57.668.105	39.482.996
Empréstimos e financiamentos	12	229.289	100.134	229.289	100.134
Provisões para contingências	16	3.561.206	3.535.206	3.561.206	3.535.206
Impostos diferidos	17	5.859.095	6.228.714	5.859.095	6.228.714
Total do passivo não circulante		9.649.590	9.864.054	9.649.590	9.864.054
Total do passivo		67.310.939	49.338.746	67.317.695	49.347.050
Patrimônio líquido	18				
Capital social		150.000.000	100.000.000	150.000.000	100.000.000
Reservas de lucros		79.595.512	117.820.277	79.595.512	117.820.277
(-) Ações em tesouraria		(1.760.528)	(1.425.370)	(1.760.528)	(1.425.370)
Outros resultados abrangentes		13.677.248	14.245.250	13.677.248	14.245.250
Total do patrimônio líquido		241.512.232	230.640.157	241.512.232	230.640.157
Total do passivo e patrimônio líquido		308.823.171	279.978.903	308.829.927	279.987.207
Valor patrimonial por ação	18 a	26,87721	25,61284	26,87721	25,61284



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	19	287.012.619	270.619.866	288.796.864	270.730.343
Custo dos produtos vendidos		(222.544.402)	(204.537.641)	(224.617.620)	(204.601.768)
Lucro bruto		64.468.217	66.082.225	64.179.244	66.128.575
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	20	(19.720.755)	(19.199.217)	(19.837.726)	(19.316.433)
Com vendas	21	(33.020.793)	(31.461.948)	(33.020.793)	(31.461.948)
Outras receitas operacionais	26	5.995.556	1.015.089	5.933.270	980.326
Resultado de equivalência patrimonial	9	(488.934)	(108.534)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.233.291	16.327.615	17.253.995	16.330.520
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	20.131.714	23.193.473	20.163.823	23.196.247
Despesas financeiras	22	(13.532.852)	(18.064.731)	(13.533.706)	(18.066.102)
Lucro operacional		23.832.153	21.456.357	23.884.112	21.460.665
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.240.901)	(4.970.397)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	357.571	(154.802)	357.571	(154.802)
Lucro líquido do exercício		18.000.782	16.335.466	18.000.782	16.335.466
Lucro líquido por ação					
ON	18 a	1,90221	1,72241	1,90221	1,72241
PN	18 a	2,09243	1,89465	2,09243	1,89465



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	18.000.782	16.335.466	18.000.782	16.335.466
Outros resultados abrangentes	568.002	608.221	568.002	608.221
Resultado abrangente do período	18.568.784	16.943.687	18.568.784	16.943.687
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	18.568.784	16.943.687

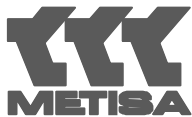


INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Retenção de lucros	a Realizar					Incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2017	100.000.000	12.879.465	83.906.160	7.368.298	2.229.690	(1.320.170)	14.853.471	-	219.916.914
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	93.386	-	-	-	-	-	93.386
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(105.200)	-	-	(105.200)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(59.456)	-	-	-	59.456	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	-	(608.221)	608.221	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.335.466	16.335.466
Destinação proposta à Assembléia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	198.774	-	-	(198.774)	-
Reserva legal	-	816.774	-	-	-	-	-	(816.774)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(5.600.409)	(5.600.409)
Retenção de lucros	-	-	10.387.186	-	-	-	-	(10.387.186)	-
Em 31 de dezembro de 2018	100.000.000	13.696.239	94.386.732	7.308.842	2.428.464	(1.425.370)	14.245.250	-	230.640.157
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	62.059	-	-	-	-	-	62.059
Aumento de Capital	50.000.000	-	(50.000.000)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(335.158)	-	-	(335.158)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(1.539.157)	-	-	-	1.539.157	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	-	(568.002)	568.002	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	18.000.782	18.000.782
Destinação proposta à Assembléia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	567.621	-	-	(567.621)	-
Reserva legal	-	900.039	-	-	-	-	-	(900.039)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(6.855.608)	(6.855.608)
Retenção de lucros	-	-	11.784.673	-	-	-	-	(11.784.673)	-
Em 31 de dezembro de 2019	150.000.000	14.596.278	56.233.464	5.769.685	2.996.085	(1.760.528)	13.677.248	-	241.512.232



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos impostos	23.832.153	21.456.357	23.832.153	21.456.357
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação, amortização e exaustão	8.725.171	8.279.632	10.805.550	8.353.172
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	345.266	3.435.135	345.266	3.435.135
Equivalência patrimonial	488.934	108.534	-	-
Valor residual de ativos não circulantes	(620.468)	(70.581)	(642.168)	(70.581)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	505.216	59.983	505.216	59.983
Provisão para contingências	26.000	108.065	26.000	108.065
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	33.302.272	33.377.125	34.872.017	33.342.131
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(2.037.099)	(2.708.959)	(2.037.099)	(2.708.959)
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	(2.688.899)	(3.481.261)	(3.119.211)	(3.456.694)
(Aumento)/Redução nos estoques	(1.700.125)	(4.672.216)	(1.700.125)	(4.672.216)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	4.893.887	(2.259.663)	4.893.887	(2.259.663)
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	43.480	(65.350)	43.480	(65.350)
Aumento/(Redução) em fornecedores	770.273	(597.029)	770.273	(597.029)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	18.821	379.560	15.791	381.666
Aumento/(Redução) nas obrigações tributárias	38.225	379.893	90.960	383.133
Aumento/(Redução) de férias e encargos sociais	(85.175)	1.038.145	(87.235)	1.040.647
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	289.753	560.678	289.753	560.678
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	599.924	(85.120)	599.924	(85.120)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	54.093	132.813	54.093	132.806
Caixa gerado nas operações	33.499.430	21.998.616	34.686.508	21.996.030
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.238.135)	(4.971.292)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	27.310.488	17.032.527	28.448.373	17.024.738
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	(4.600)	(1.530.450)	(4.600)	(1.530.450)
No imobilizado	(10.828.898)	(7.373.185)	(10.893.098)	(7.373.185)
No intangível	(215.554)	(109.733)	(215.554)	(109.733)
Caixa gerado na venda de ativos não circulantes	725.667	97.549	758.167	97.549
Ações em tesouraria	(335.158)	(105.200)	(335.158)	(105.200)
Reversão de dividendos e JSCP	62.059	93.386	62.059	93.386
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(10.596.484)	(8.927.633)	(10.628.184)	(8.927.633)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos obtidos	91.362.430	73.076.107	91.362.430	73.076.107
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(75.089.846)	(81.374.634)	(75.089.846)	(81.374.634)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.855.608)	(5.600.409)	(6.855.608)	(5.600.409)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	9.416.976	(13.898.936)	9.416.976	(13.898.936)
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	26.130.980	(5.794.042)	27.237.165	(5.801.831)
Caixa e equivalentes à caixa no começo do período	49.659.573	55.453.615	49.695.378	55.497.209
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	75.790.553	49.659.573	76.932.543	49.695.378



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	348.112.688	323.655.188	350.026.482	323.823.552
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	342.771.591	322.144.540	344.663.685	322.312.904
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/ (Constituição)	(798.600)	(1.197.717)	(798.600)	(1.197.717)
Outras (despesas) receitas	6.139.697	2.708.365	6.161.397	2.708.365
Insumos adquiridos de terceiros	243.988.445	224.728.421	244.054.550	224.778.359
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	221.719.428	201.976.792	221.719.428	201.976.792
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	22.269.017	22.751.629	22.335.122	22.801.567
Valor adicionado bruto (1-2)	104.124.243	98.926.767	105.971.932	99.045.193
Retenções	8.641.279	8.126.854	10.721.658	8.200.394
Depreciação, amortização e exaustão	8.641.279	8.126.854	10.721.658	8.200.394
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (3-4)	95.482.964	90.799.913	95.250.274	90.844.799
Valor adicionado recebido em transferência	19.518.180	22.896.963	20.039.223	23.008.271
Resultado de equivalência patrimonial	(488.934)	(108.534)	-	-
Receitas financeiras	20.007.114	23.005.497	20.039.223	23.008.271
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	115.001.144	113.696.876	115.289.497	113.853.070
Distribuição do valor adicionado	115.001.144	113.696.876	115.289.497	113.853.070
Pessoal	64.048.614	62.094.515	64.160.894	62.220.024
Remuneração direta	52.930.869	51.505.884	53.037.114	51.625.850
Benefícios	6.931.021	6.379.654	6.931.698	6.379.655
FGTS	4.186.724	4.208.977	4.192.082	4.214.519
Impostos, contribuições e taxas	19.937.621	17.750.032	20.112.840	17.779.345
Federais	19.501.915	17.417.832	19.674.843	17.445.044
Estaduais	354.223	262.581	356.058	264.243
Municipais	81.483	69.619	81.939	70.058
Remuneração de capitais de terceiros	13.014.127	17.516.863	13.014.981	17.518.235
Juros	1.014.646	953.981	1.014.646	954.026
Outras	11.999.481	16.562.882	12.000.335	16.564.209
Remuneração de capitais próprios	18.000.782	16.335.466	18.000.782	16.335.466
Juros s/ capital próprio e dividendos	6.855.608	5.600.409	6.855.608	5.600.409
Lucros retidos/prejuízo do exercício	11.145.174	10.735.057	11.145.174	10.735.057



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)

	2019	2018
Produtos acabados	22.619.607	22.820.510
Produtos em processo	14.696.860	12.831.884
Matérias-primas	15.063.822	17.250.676
Materiais secundários	7.121.667	6.533.930
Materiais de manutenção	2.454.181	2.326.213
Importação em andamento	1.041.733	236.623
Adiantamento a fornecedores	416.448	-
Provisão para perdas	(323.674)	(609.317)
	63.090.644	61.390.519



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta, sem IPI, da Controladora em 2019 alcançou o valor de R\$ 331,9 milhões (R\$ 312,7 milhões em 2018). O volume de vendas destinadas ao mercado interno, representou uma Receita Operacional Bruta de R\$ 251,1 milhões (R\$ 231,1 milhões em 2018), equivalente a 75,6% da Receita Total.

As vendas para o mercado externo de R\$ 80,8 milhões (R\$ 81,5 milhões em 2018), representaram 24,4% do total.

No mercado interno (excluídas as devoluções) a receita de vendas apresentou um acréscimo de 8,65%.

No mercado externo (excluídas as devoluções) a receita de vendas teve um decréscimo de 0,8%.

As vendas físicas da Companhia, em tonelagem, apresentaram um acréscimo de 0,2% conforme quadro abaixo:

<u>MERCADO</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>VARIAÇÃO</u>
Nacional	30.532,1 t	29.645,2 t	+ 3,0 %
Exportação	11.393,4 t	12.186,2 t	- 6,5 %
TOTAL	41.925,5 t	41.831,4 t	+ 0,2 %

Deduções da Receita

Impostos, contribuições e devolução de mercadorias

Os tributos, contribuições e devoluções de mercadorias, deduzidos da Receita Operacional Bruta permaneceram estáveis nos últimos três exercícios. Os impostos incidentes nas vendas são o CPRB, PIS, ICMS e a COFINS sobre os produtos vendidos e o ISS na prestação de serviços.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2019, no valor de R\$ 222,5 milhões, representou 77,5% da Receita Operacional Líquida.

Já, em 2018, o custo dos produtos vendidos, no valor de R\$ 204,5 milhões, representou 75,6% da Receita Operacional Líquida.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais - despesas com vendas, gerais e administrativas - representaram em 2019 15,2% da Receita Operacional Líquida, ante 17,4% em 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Apurados pelo lucro real a razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para imposto de renda, e de 9% para a contribuição social sobre o lucro, sem sofrer variação em relação aos períodos anteriores.

10.2 Comentários dos Diretores sobre:

a) resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita Operacional Bruta em 2019, experimentou um incremento de 6,1%.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado líquido de R\$ 18.000.782,00 contra um resultado de R\$ 16.335.466,00 do ano de 2018, foi impactado positivamente, em especial, pelo aumento da cotação da moeda norte americana frente a moeda nacional, ocasionando ganho da margem de contribuição nas vendas ao mercado externo.

b) variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

10.3 Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas Demonstrações Financeiras do emissor e, em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica a Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Não se aplica a Companhia.

10.4 Os Diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de março de 2020.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9 que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

a.7.3 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

a.11) Ativo biológico (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinus provenientes de

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

a.12) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

a.13) Imobilizado

a.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.13.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.13.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.14.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.15) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.16) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.17) Receita operacional - Venda de produtos

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

a.18) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.19) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a.20) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.21) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 24.

a.22) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.22.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

a.22.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos.

a.22.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.23) Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração das aplicações	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e Bancos		909.039	634.385		642.867
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	74.881.514	49.025.188	76.020.785	49.052.511
		75.790.553	49.659.573	76.932.543	49.695.378

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.24) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado. Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Banco do Brasil (BBAS3)	3.454.586	2.606.837
(-) Venda de Opções - Banco do Brasil (BBAS3)	(8.583)	(1.741)
Petrobras S.A. (PETR4)	4.496.004	3.760.154
(-) Venda de Opções - Petrobras S.A. (PETR4)	(2.889)	(1.472)
Vale S.A. (VALE5)	4.255.317	3.794.800
(-) Venda de Opções - Vale (VALE5)	(7.318)	(8.560)
	12.187.117	10.150.018

a.25) Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado interno	29.971.856	28.311.465	30.403.347	28.311.465
Mercado externo	31.127.678	27.057.209	31.127.678	27.057.209
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(3.645.296)	(3.140.080)	(3.645.296)	(3.140.080)
(-) Ajuste CPC 47- Receitas	(244.365)	(207.632)	(244.365)	(207.632)
Outras contas a receber (i)	3.549.713	6.554.941	3.552.230	6.558.637
	60.759.586	58.575.903	61.193.594	58.579.599

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Mercado interno	600.670	926.743	(421.527)	1.105.886
Mercado externo	2.539.410	-	-	2.539.410
	3.140.080	926.743	(421.527)	3.645.296

(i) outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento de férias	1.499.717	1.700.678	1.502.234	1.704.374
Adiantamento a fornecedores	983.372	1.073.689	983.372	1.073.689
Cessões de créditos de ICMS (a)	115.250	3.000.000	115.250	3.000.000
Outros valores	951.374	780.574	951.374	780.574
	3.549.713	6.554.941	3.552.230	6.558.637

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

a.26) Estoques

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Produtos acabados	22.619.607	22.820.510
Produtos em processo	14.696.860	12.831.884
Matérias-primas	15.063.822	17.250.676
Materiais secundários	7.121.667	6.553.930
Materiais de manutenção	2.454.181	2.326.213
Importação em andamento	1.041.733	236.623
Adiantamento a fornecedores	416.448	-
Provisão para perdas	(323.674)	(609.317)
	61.390.519	61.390.519

a.27) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
ICMS (i)	5.226.615	2.634.125
IPI	8.821	8.811
IRPJ (ii)	291.764	4.234.373
CSLL (ii)	-	945.347
PIS/COFINS	-	2.597.460
REINTEGRA	41.749	42.720
	5.568.949	10.462.836

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) São antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, pagos em 2018, com valores superiores ao apurado pelo ajuste anual e ainda não compensados.

a.28) Realizável a longo prazo

a.28.1 Outras conta a receber

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Depósitos judiciais (i)	4.289.290	4.284.690
Empréstimos compulsórios	90.255	90.255
	4.379.545	4.374.945

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Cíveis	1.659.717	1.659.717
Tributários	35.543	30.943
Trabalhistas	2.594.030	2.594.030
	4.289.290	4.284.690

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.28.2 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSL correntes	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.240.901)	(4.970.397)
IRPJ e CSL diferidos	357.571	(154.802)	357.571	(154.802)

Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia (controladora) apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurados no 4º trimestre de 2019.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
- Sobre bases negativas/prejuízos fiscais	264.768	-
- Sobre adições temporárias	(318.271)	(553.232)
- Sobre depreciação custo atribuído	292.608	313.326
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(324.989)	(325.214)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	443.106	410.550
- Sobre diferença do valor residual	349	(232)
	357.571	(154.802)

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	2019		2018	
Adições temporárias:	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	361.020	361.020	361.020	361.020
- Contingências trabalhistas	100.000	100.000	74.000	74.000
- Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
- Comissão sobre vendas	1.044.496	1.044.496	849.989	849.989
- Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	3.645.296	3.645.296	3.140.080	3.140.080
- Perda estimada com estoques	323.674	323.674	609.317	609.317
- Ajuste CPC 47 – Receitas	244.365	244.365	207.632	207.632
- Taxa de agenciamento	-	-	-	-
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	998.374	-	2.919.921
Base de cálculo	5.766.823	6.765.197	5.290.010	8.209.931
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	519.014	1.691.299	476.101	2.052.483

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.29) Investimentos

A seguir demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2019	2018
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	9.868.402	10.357.336
Total de ativo e passivo	9.875.158	10.365.640
Receitas líquidas de vendas	1.784.245	110.477
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(488.934)	(108.534)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(488.934)	(108.534)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	9.868.402	10.357.336
Saldo de investimentos	9.868.402	10.357.336

a.30) Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e Construções	33.396.243	-	-	-	33.396.243
Móveis e Utensílios	4.892.030	83.825	(33.832)	-	4.942.023
Veículos	1.269.616	1.355.542	(464.234)	-	2.160.924
Máquinas e Equipamentos	133.367.834	264.677	(627.629)	6.929.431	139.934.313
Imobilizações em andamento	5.115.740	9.124.854	-	(6.929.431)	7.311.163
Depreciações acumuladas	(114.223.031)	(8.489.291)	1.020.496	-	(121.691.826)
	74.128.179	2.339.607	(105.199)	-	76.362.587

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	11.197.285	-	-	-	11.197.285
Reflorestamento	10.008.354	64.200	(2.390.648)	-	7.681.906
Edifícios e Construções	33.610.428	-	-	-	33.610.428
Móveis e Utensílios	4.911.644	83.825	(33.832)	-	4.961.637
Veículos	1.366.706	1.355.542	(464.234)	-	2.258.014
Máquinas e Equipamentos	133.426.571	264.677	(654.234)	6.929.431	139.966.050
Imobilizações em andamento	5.115.740	9.124.854	-	(6.929.431)	7.311.163
Depreciação acumulada	(115.182.410)	(10.569.669)	3.427.343	-	(122.324.736)
	84.454.318	323.429	(116.000)	-	84.661.747

a.31) Intangível

	Controladora e Consolidado				
	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Software	1.467.375	6.000	-	234.129	1.707.504
Intangível em andamento	50.000	209.555	-	(234.129)	25.426
Amortização acumulada	(779.569)	(235.881)	-	-	(1.015.450)
	737.806	(20.326)	-	-	717.480

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2019, da Controladora, totalizaram R\$ 8.725.171 (R\$ 8.279.632 em 31 de dezembro de 2018). Desse total, R\$ 7.956.600 (R\$ 7.672.494 em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.32) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2019	2018
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	418.669	150.201
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	37.637.443	21.288.060
	Total dos empréstimos		38.056.112	21.438.261
	Circulante		(37.826.823)	(21.338.127)
	Não Circulante		229.289	100.134

As parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Modalidade	2019	2018
2020	-	50.067
2021	189.380	50.067
2022	39.909	-
	100.134	100.134

a.33) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL	767.990	755.943	441.085	756.272
ICMS ST	79.169	40.918	79.169	40.918
IPI	358.956	558.851	358.956	558.851
PIS/COFINS	120.309	25.903	120.309	26.008
CPRB	184.772	175.142	184.772	175.142
IRRF	914.884	822.922	914.884	822.922
Outros tributos	26.709	22.838	27.672	22.920
	2.452.789	2.402.517	2.456.847	2.403.033

a.34) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.35) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a.35.1 Remuneração dos administradores

A Companhia prevê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração fixa	5.594.920	5.361.900	5.630.320	5.411.032
Remuneração variável	1.827.111	1.485.506	1.827.111	1.485.506

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

a.35.2 Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2019	2018
- Fornecimento de Serviços		
PARTBANK S.A.	485.904	485.904
Ricardo Teixeira Mendes	265.536	265.536
Elite CCVM Ltda	12.209	25.837
- Fornecimento de produtos e insumos:		
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	150.654	83.204

a.36) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Cíveis	1.652.469	-	-	1.652.469
Tributárias	1.808.737	-	-	1.808.737
Trabalhistas	74.000	75.000	(49.000)	100.000
	3.535.206	75.000	(49.000)	3.561.206

Tributárias - refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS e para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.350.829 (R\$2.350.829 - em 31/12/2018).

Trabalhistas - consiste em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

Cíveis - consiste, principalmente, no reconhecimento de valor concernente a honorários de sucumbência.

a.37) Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Crédito Tributário Ativo (i)	2.475.082	2.528.584



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Crédito Tributário Passivo (ii)	8.334.177	8.757.298
Passivo Líquido não circulante	5.859.095	6.228.714

(i) - refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota 9).

(ii) - foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

a.38) Patrimônio líquido

a.38.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 151.500 ações preferenciais de sua emissão (132.400 ações em 31 de dezembro de 2018).

Na data de 31 de dezembro de 2019, as ações preferenciais da Metisa (MTSA4) eram negociadas na Bolsa de Valores (B3), pelo valor de R\$ 23,49 (vinte e três reais e quarenta e nove centavos) por ação preferencial, apesar do valor patrimonial contábil ser de R\$ 26,88 (vinte e seis reais e oitenta e oito centavos). A diferença do valor de negociação da ação preferencial no mercado de ações versus o seu valor patrimonial contábil não é considerado, pela Administração, um indicativo de desvalorização dos ativos da Companhia, mas sim uma circunstância do mercado de ações, que pode representar uma oscilação para mais ou para menos em relação ao seu valor patrimonial contábil.

a.38.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

-O Conselho de Administração, em 24 de abril de 2019, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,40 por ação preferencial e R\$ 0,36 por ação ordinária, para início de pagamento em 06 de junho de 2019.

-Em 07 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,40 por ação preferencial e R\$ 0,36 por ação ordinária, para início de pagamento em 17 de dezembro de 2019, cujo montante anual é abaixo demonstrado:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	18.000.782	16.335.466
Reserva legal	(900.039)	(816.773)
Reserva de incentivos fiscais	(567.621)	(198.774)
Lucro líquido ajustado	16.533.122	15.319.919
Juros sobre o capital próprio	6.855.608	5.600.409
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	41,47	36,55

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.38.3 Reservas de lucros

- Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 9.677.514, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

- Reservas de Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como Reserva de incentivos fiscais no grupo Reservas de lucros.

a.39) Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mercado Interno	251.107.852	231.242.781	252.999.946	231.360.938
Mercado Externo	80.848.187	81.632.569	80.848.187	81.632.569
(-) Ajuste CPC 47 - Receitas	(36.732)	(207.632)	(36.732)	(207.632)
(-) Impostos sobre Vendas	(44.906.688)	(42.047.852)	(45.014.537)	(42.055.532)
	287.012.619	270.619.822	288.796.864	270.730.343

a.40) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	5.861.493	5.401.531	5.869.250	5.411.357
Despesas com serviços de terceiros	1.246.565	1.778.677	1.250.565	1.782.933
Honorários Conselho Fiscal	380.230	365.521	380.230	365.521
Honorários dos Administradores	5.594.920	5.361.900	5.630.320	5.411.032
Participação no lucro dos empregados	997.806	935.355	997.806	935.355
Participação no lucro dos Administradores	2.054.413	1.827.111	2.054.413	1.827.111
Gastos com materiais gerais	964.818	1.065.722	979.518	1.071.474
Outras despesas	2.620.510	2.463.400	2.675.624	2.511.650
	19.720.755	19.199.217	19.837.726	19.316.433

a.41) Despesas com vendas

	Controladora /Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas variáveis de vendas	24.101.346	22.193.701
Despesas com pessoal	5.098.672	5.258.058
Despesas com propaganda e publicidade	1.886.901	1.413.423
Despesas com viagens	355.811	327.564
Provisão para devedores duvidosos	923.200	1.385.692
Outras despesas	654.863	883.510
	33.020.793	31.461.948

a.42) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Juros de mora	2.059.816	1.556.349	2.059.818	1.556.391
Descontos	112.273	90.639	112.273	90.639
Dividendos e JSCP	406.094	398.579	406.094	398.579
Variações cambiais de exportação	10.272.470	12.381.041	10.272.470	12.381.041
Receita de títulos e valores mobiliários	3.479.005	4.985.934	3.479.005	4.985.934
Receita aplicações financeiras	3.601.408	3.479.874	3.633.515	3.482.606
Outras variações monetárias	76.048	113.082	76.048	113.082
Reversão de perdas com contas a receber	124.600	187.975	124.600	187.975
	20.131.714	23.193.473	20.163.823	23.196.247

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IOF/ PIS/COFINS	518.724	547.868	518.728	547.868
Juros	1.014.646	953.981	1.014.646	954.026
Despesas bancárias	366.523	537.846	367.373	539.172
Descontos/deságios	98.949	85.145	98.949	85.145
Variações cambiais	9.976.553	13.423.808	9.976.553	13.423.808
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.557.457	2.516.083	1.557.457	2.516.083
	13.532.852	18.064.731	13.533.706	18.066.102

Resultado financeiro líquido	6.598.862	5.128.742	6.630.117	5.130.145
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

a.43) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.44) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

a.45) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.45.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.45.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.45.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	76.932.543	49.695.378
Títulos e valores mobiliários	12.187.117	10.150.018
Contas a receber	61.531.025	55.368.674

a.45.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	50.494.391	40.817.712
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.615.926	9.240.521
De 31 a 90 dias	1.266.217	1.575.290
De 91 a 180 dias	509.194	610.971
De 181 a 360 dias	-	255.198
Acima de 360 dias	3.645.297	2.868.982
	61.531.025	55.368.674

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado (Nota 21). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

- Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.45.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.

- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.45.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

a.45.7 Análise de sensibilidade

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.45.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.45.9 Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais são decorrentes da venda de ativos não circulantes e da recuperação de tributos pagos a maior.

a.46) Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, com base na característica dos bens, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 45.138.936. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009**a.47) Eventos Subsequentes**

Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020, vimos informar que, provavelmente, a Companhia irá sofrer impactos em seus resultados dado a pandemia instalada, mas que até a presente data ainda não é possível quantificar tais efeitos, visto que todos seus insumos são produzidos em território nacional e nas vendas ao mercado externo não foram observados dados negativos, mas se houverem, a alta do dólar poderá, eventualmente, atenuar tais impactos.

10.5 Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

10.6 Com relação aos controles internos adotadas para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, os Diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade das Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do Auditor Independente

O relatório do Auditor Independente não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os Diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

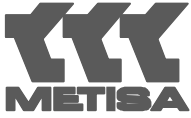
Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

10.8 Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor direta ou indiretamente, que não aparecem no seu Balanço Patrimonial (off-balance sheet items)

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras indicados no item 10.8, os Diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não se aplica.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10 Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do Plano de Negócio da Companhia:

a) investimentos incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

As previsões econômicas ainda trabalham, até a presente data, com a expectativa de crescimento para o Produto Interno Bruto brasileiro no atual exercício, apesar da situação de pandemia declarada. Nesse contexto, a Metisa mantém o foco no desenvolvimento de novos produtos e maior participação nos seus mercados de atuação, tendo como grande desafio em 2020 a recomposição das margens sobre suas vendas nos mercados nacional.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano de 2020 através de capital próprio e/ou através de financiamentos oferecidos pelo BNDES e/ou seus Agentes Financeiros, dependendo dos custos financeiros.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ORÇAMENTO DE CAPITAL

ATIVO NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

	R\$/Mil
I - Construção Civil	R\$ 860,0
II - Máquinas, Equipamentos e Instalações	R\$ 3.604,5
III - Ferramentais	R\$ 1.210,0
IV - Tecnologia da Informação	R\$ 1.658,5
V - Adequação às Normas de Segurança NR10, NR12 e NR17	R\$ 2.600,0

ATIVO CIRCULANTE

CAPITAL DE GIRO	R\$ 1.851,6
-----------------	-------------

TOTAL GERAL

R\$ 11.784,6

(ONZE MILHÕES, SETECENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há desinvestimentos relevantes previstos em andamento e/ou previstos.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável.

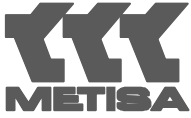
iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Em Reais)

1. Informar o Lucro Líquido do exercício

O Lucro Líquido do exercício de 2019 foi de R\$ 18.000.782,00.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

No exercício social de 2019 foram aprovados os seguintes juros sobre o capital próprio, no valor de R\$6.855.608,00 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais), imputados aos dividendos obrigatórios, a saber: a) R\$0,36 (trinta e seis centavos) por ação ordinária e R\$0,40 (quarenta centavos) por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2019 e pagos no dia 06 de junho de 2019, e, b) R\$0,36 (trinta e seis centavos) por ação ordinária e a R\$0,40 (quarenta centavos) por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019 e pagos no dia 17 de dezembro de 2019. Os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, relativo ao exercício social de 2019, totalizaram os montantes de R\$0,72 (setenta e dois centavos) por ação ordinária e R\$0,80 (oitenta centavos) por ação preferencial;

3. Informar o percentual do Lucro Líquido do exercício distribuído

O percentual sobre o lucro Líquido ajustado corresponde a 41,47%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

Não se aplica.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica.

b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

a) lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores

<u>ANO</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO (R\$)</u>
2019	18.000.782,00
2018	16.335.466,00
2017	13.142.924,00
2016	13.436.291,00

b) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores

<u>ANO</u>	<u>DIVIDENDOS</u>		<u>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</u>	
	<u>PN</u>	<u>ON</u>	<u>PN</u>	<u>ON</u>
2019 (1)	0	0	0,8000	0,7200
2018 (1)	0	0	0,6500	0,5900
2017 (1)	0	0	0,5500	0,5000
2016 (1)	0	0	0,5500	0,5000

(1) valores unitários por ação;

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal em 2019, foi de R\$ 900.039,00.

b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O cálculo da Reserva Legal em 2019, correspondeu a 5% do Lucro Líquido do exercício.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos e mínimos

Não aplicável.

b) informar se o Lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

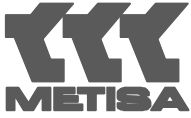
a) descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto

O Estatuto prevê a distribuição de 25% do Lucro Líquido ajustado da Companhia, assegurando às ações preferenciais um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

b) informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c) informar o montante eventualmente retido



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da Companhia

Não se aplica.

a) informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não se aplica.

a) identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b) identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem a reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não se aplica.

a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica.

b) identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

c) descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em Orçamento de Capital

a) identificar o montante da retenção

Montante da retenção: R\$ 9.677.514,00.

b) fornecer cópia do Orçamento do Capital



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ORÇAMENTO DE CAPITAL

ATIVO NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

	R\$/MIL
I - Construção Civil	R\$ 860,0
II - Máquinas, Equipamentos e Instalações	R\$ 3.604,5
III - Ferramentais	R\$ 1.210,0
IV - Tecnologia da Informação	R\$ 1.658,5
V - Adequação às Normas de Segurança NR10, NR12 e NR17	R\$ 2.600,0

ATIVO CIRCULANTE

CAPITAL DE GIRO R\$ 1.851,6

TOTAL GERAL

R\$ 11.784,6

(ONZE MILHÕES, SETECENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS REAIS).

Fontes próprias (Retenção de Lucros do exercício de 2019, da realização do Custo Atribuído, Reserva de Incentivos Fiscais e Reservas de Lucros Retidos).

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) informar o montante destinado à reserva

R\$ 568 mil.

b) explicar a natureza da destinação

Decorrente de benefícios fiscais de ICMS.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Esclarecemos que os dados abaixo referem-se aos Membros atuais do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que estão à disposição dos Acionistas para eventual reeleição. O mandato do atual Conselho de Administração e Conselho Fiscal vigorará até a realização da Assembléia Geral Ordinária, que se realizará em 24 de abril de 2020. E, no caso de reeleição, o novo período do mandato será de 24.04.2020 até a realização da próxima AGO, em 2021.

12.6 Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

- a) **nome:** Flavio Snell
b) **idade:** 76 anos
c) **profissão:** engenheiro mecânico de produção
d) **CPF:** 024.614.558-72
e) **cargo eletivo ocupado:** Presidente do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Edvaldo Angelo
b) **idade:** 72 anos
c) **profissão:** engenheiro mecânico
d) **CPF:** 154.761.039-53
e) **cargo eletivo ocupado:** Vice-Presidente do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Diretor Presidente que acumula as áreas de vendas, tecnologia e recursos humanos e Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Ricardo Teixeira Mendes
b) **idade:** 81 anos
c) **profissão:** engenheiro metalurgista
d) **CPF:** 008.127.228-68
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** presta serviços de assessoria à Diretoria do emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo em suas três esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados a órgãos oficiais.
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Otto dos Santos
b) **idade:** 52 anos
c) **profissão:** engenheiro de produção
d) **CPF:** 002.228.567-93



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 24 de abril de 2020

g) data da posse: 24 de abril de 2020

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

a) nome: Alessandra Casagrande Angelo

b) idade: 45 anos

c) profissão: administradora

d) CPF: 806.933.939-04

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 24 de abril de 2020

g) data da posse: 24 de abril de 2020

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não

a) nome: Marcelo Massud

b) idade: 56 anos

c) profissão: administrador de empresas

d) CPF: 111.575.628-17

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 24 de abril de 2020

g) data da posse: 24 de abril de 2020

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

a) nome: Márcia Valéria dos Santos Rosa

b) idade: 57 anos

c) profissão: economista

d) CPF: 746.891.187-87

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 24 de abril de 2020

g) data da posse: 24 de abril de 2020

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

a) nome: Mário Luis Marques

b) idade: 68 anos

c) profissão: administrador

d) CPF: 567.391.178-53

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

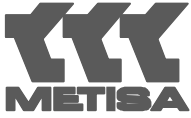
f) data da eleição: 24 de abril de 2020

g) data da posse: 24 de abril de 2020

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- a) **nome:** Wilson Harrison Jacobsen
b) **idade:** 70 anos
c) **profissão:** advogado
d) **CPF:** 180.443.019-68
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Diretor de Relações com Investidores que acumula as áreas administrativa e financeira e Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Vinicio Pedro Cemin
b) **idade:** 70 anos
c) **profissão:** economista e advogado
d) **CPF:** 076.486.509-91
e) **cargo eletivo ocupado:** Presidente do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Ramiro Heise
b) **idade:** 72 anos
c) **profissão:** advogado
d) **CPF:** 003.868.989-87
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Werner Kraus
b) **idade:** 83 anos
c) **profissão:** corretor de seguros
d) **CPF:** 003.762.729-53
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Leopoldo Francisco Raimo
b) **idade:** 76 anos
c) **profissão:** engenheiro
d) **CPF:** 049.384.888-68
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Riccardo Ferruccio Gobbo
b) **idade:** 58 anos
c) **profissão:** engenheiro
d) **CPF:** 021.625.708-58
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 24 de abril de 2020
g) **data da posse:** 24 de abril de 2020
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos Comitês Estatutários, bem como dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8 Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

- a) **currículo, contendo as seguintes informações:**
- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas;**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.8. a) Flavio Snell

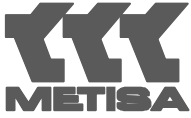
a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro mecânico de produção graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 1967;
- Cursos de extensão universitária em administração de empresas e em técnicas de gerência e liderança (Management Center do Brasil – MCB – 1969);
- Curso de atualização para executivos de alto nível – Fundação Getúlio Vargas / RJ – 1973.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Diretor Presidente de Partbank S.A., empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas;
- Presidente do Conselho de Administração da METISA S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Presidente do Conselho de Administração desde maio de 2002.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Edvaldo Angelo

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro mecânico formado na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Diretor Presidente da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. desde abril de 1989.
- Vice Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.
- Diretor da Metisa Florestal e Energética S.A., empresa dedicada ao florestamento e reflorestamento de árvores exóticas - pinus e eucaliptus.
- Conselheiro da MUELLER Eletrodomésticos S.A., empresa fabricante de máquinas de lavar roupa, fogões e motores elétricos.
- Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó - *SIMMET*.
- Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - *FIESC*.

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. desde abril de 1989.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Ricardo Teixeira Mendes

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro metalurgista graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 1962;
- Curso de Engenharia Econômica, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio de Janeiro) em 1982.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Diretor Vice-Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda-empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas;
- Entre os diversos serviços de consultoria prestados nos últimos 5 (cinco) anos, destacam-se:
 - **Metal Data II Geologia e Mineração Ltda.** – Estudo sobre a oferta e condições em que é oferecido o transporte ferroviário de minério de ferro oriundo do Estado de Minas Gerais a portos capazes de receber navios “cape size”. O estudo incluiu análise do arcabouço institucional que norteia as concessões. Trabalho entregue em dezembro de 2005.
 - **Metal Data II Geologia e Mineração Ltda.** – Análise dos portos existentes e potenciais, acessíveis por meio de transporte adequado, capazes de manusear, estocar e embarcar minério de ferro em quantidades compatíveis com projeto de mineração voltado para exportação, com minas na região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e/ou adjacências. Esta análise incluiu o exame dos aspectos institucionais relativos a terminais arrendados e terminais privativos, com ênfase na questão das obrigações dos concessionários.
 - **Metal Data S.A.** – Transporte Ferroviário de Minério de Ferro. Examina a existência e capacidade de transporte de minério de ferro no Brasil, considerando as ocorrências conhecidas nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí e Pará. Inclui análise da possibilidade de transporte hidroviário. Trabalho entregue em setembro de 2007.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Estudo em que foi demonstrado que a concessão do regime especial de drawback à importação de lâminas de corte de pedras não atende às exigências da legislação a respeito, é de impossível fiscalização e resulta em situação que se caracteriza como de concorrência desleal ao produto nacional. Trabalho entregue em maio de 2007.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Preparação da base técnica do pedido à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX de prorrogação da imposição de direitos antidumping às exportações de lâminas de corte de pedra da Itália para o Brasil. O trabalho foi executado no correr do 1º semestre de 2008 e a petição foi protocolada na SECEX em 15 de julho de 2008. Trabalho desenvolvido durante o 1º semestre de 2008.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Nova versão do estudo em que se demonstra a inaplicabilidade do regime de drawback às importações de Lâminas para Corte de Pedras (LCP), conduzida sob novo enfoque e adição de novas análises. Trabalho entregue em março de 2009.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Preparação da base técnica do pedido à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX de pedido de abertura de investigação de dumping, prejuízo à indústria nacional e relação causal entre ambos, das exportações de lâminas para corte de pedras provenientes da Itália e da China. O processo foi protocolado na SECEX em 27 de novembro de 2008. O estudo foi desenvolvido no decorrer do segundo semestre de 2008.
 - **Associação Brasileira de Fundição – ABIFA** – Estudo em que foi demonstrado que o regime especial de drawback não se aplica à importação de granalha de corte, cujo objetivo foi instruir processo conduzido pelo cliente no sentido de obstar tais importações que têm prejudicado os produtores nacionais. Estudo entregue em janeiro de 2010, desenvolvido a partir de novembro de 2009.
 - **METISA** – Estudos de Mercado – Análises dos mercados de produtos fabricados por METISA, tais como ferramentas de penetração no solo, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas e lâminas para corte de pedra, contemplando a identificação e acompanhamento de indicadores de demanda, preços de produtos concorrentes importados, preços de matéria-

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

prima utilizadas pelo emissor e por seus concorrentes. Esses estudos são revistos e atualizados sempre que as condições de mercado o recomendam.

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas

- Aços Anhangüera S.A.:
 - Diretor de Planejamento, cargo exercido entre abril de 1977 a 28 de fevereiro de 1982;
- Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – CAEMI:
 - Diretor de Planejamento da subsidiária integral Mauá Serviços, a quem incumbia desenvolver todo o trabalho de “holding” da CAEMI. Cargo exercido entre 1 de março de 1982 a 30 de abril de 1986;
- Cia. Progresso Industrial do Brasil – Fábrica Bangu:
 - Membro do Conselho de Administração entre 26 de abril de 1988 e 29 de abril de 1989;
 - Diretor Superintendente entre 01 de maio de 1989 e 22 de janeiro de 1990.
- Pérsico Pizzamiglio S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre 28 de abril de 1989 e 30 de abril de 1997;
- Gazola Indústria Metalúrgica S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre maio de 1992 e junho de 2003;
- Jaraguá Fabril S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre abril de 1991 e abril de 1996;
- Motorádio S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre maio de 1989 e 27 de janeiro de 1994;
- METISA – Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração desde 1º de julho de 1988;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Otto dos Santos

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro de produção graduado em 1990 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com MBA Executivo em Finanças em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Sócio da Elite CCVM Ltda - período: 2003 até a presente data. No período de 2007 à janeiro/2018 ocupou o cargo de Diretor Presidente.
- Membro do Comitê de Mercado ANBIMA.
- Membro da Câmara Consultiva de Normas e Supervisão da BM&FBovespa S.A.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA – Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

iii. principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Alessandra Casagrande Angelo

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação: Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Regional de Blumenau – FURB;

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- Sócia Administradora da empresa Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda
Timbó (SC)
Período: 1998 até a presente data
Atividade da empresa: metalúrgica

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

Não aplicável.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Marcelo Massud

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas Luzwell, em 1989;
- MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC, em 1997.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- GLJ Hotéis Ltda.:
 - Assessor da Diretoria, desde 1994. A empresa possui e explora hotel com instalações na Ilha de Itacuruçá, no litoral do Rio de Janeiro.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Márcia Valéria dos Santos Rosa

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Economista formada pela Faculdade Cândido Mendes, em 1988;
- MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, em 1987.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda:
 - Gerente do Departamento Técnico da Partbank Consultoria Econômica-Financeira Ltda., empresa de consultoria especializada em análise do mercado de capitais e em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas, entre 1990 e 2004;
- Elite CCVM Ltda.:
 - Consultora da Elite CCVM para assuntos relacionados ao mercado de capitais, desde 2004.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração desde 11 de setembro de 1990;
- Gazola S.A Indústria Metalúrgica:
 - Membro do Conselho de Administração em 1996 e 1997.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Mário Luís Marques

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Curso médio completo, feito no Colégio Arquidiocesano de São Paulo – concluído em 1969;
- Curso de arquitetura incompleto, na Fundação Vale Paraibano de Ensino, freqüentado em 1972 e 1973.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio
 - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Atividade da Empresa: criação de gado bovino para corte.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

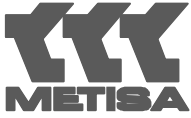
12.8.a) Wilson Harrison Jacobsen

b) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Advogado formado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, concluído em 1975;

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Diretor de Relações com Investidores da METISA Metalúrgica Timboense S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.
- Diretor Superintendente da Metisa Florestal e Energética S.A., empresa dedicada ao florestamento e reflorestamento de árvores exóticas - pinus e eucaliptus.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2007.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

CONSELHO FISCAL

12.8.a) Leopoldo Francisco Raimo

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

Engenheiro mecânico de produção

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- GTS Brasil Consultores Associados (SP)
Consultor
Período: 2010 até a presente data
- FGT Representação e Consultoria em Informática (SP)
Sócio Diretor
Período: 1986 - 2010.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

Não aplicável.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Riccardo Ferruccio Gobbo

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro Civil

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- FIRPAVI Construtora e Pavimentadora S.A.:
 - Diretor Industrial no período de 1994 à 2001;
- Incorporação e Construção de Condomínios Residenciais no período de 2002 até a presente data.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.
 - Membro do Conselho Fiscal, empossado em maio de 2016.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Ramiro Heise

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Advogado formado na Faculdade de Direito de Itajaí (hoje UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí);
- Pós Graduação, nível especialização, PUC - São Paulo.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- HEISE & DOBNER Advogados Associados
 - Sócio;

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho Fiscal desde 2002;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Vinicio Pedro Cemin

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Economista formado pela Universidade de Blumenau - FURB, ano de 1974.
- Advogado formado pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, ano de 2004.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- ESCOPEL Contabilidade LTDA
- RABER Indústria e Comércio de Polímeros LTDA
- CEMIN Consultoria e Projetos Econômicos LTDA
- ENERMECO LTDA

Exerceu cargo de administrador, diretor, procurador e em determinadas situações, como responsável técnico profissional.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho Fiscal desde 1988;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Werner Kraus

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Técnico em Contabilidade - Colégio Santo Antônio, Blumenau 1969;
- Pós Graduação, nível especialização, PUC - São Paulo.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- WK Corretora de Seguros LTDA
 - Sócio;

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho Fiscal desde abril 2002;
 - Foi membro do Conselho de Administração no período de 1992 à 2002;
- Empresa Industrial Garcia (atualmente COTEMINAS):
 - Supervisor da área administrativa, depósito, expedição, seguros, transportes e faturamento, 1970/1973;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Conselho de Administração

O Conselheiro de Administração, Marcelo Massud, é sobrinho do Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell, e do Diretor Executivo, Amin Omar Massud.

A Conselheira de Administração, Alessandra Casagrande Angelo, é filha do Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente, Edvaldo Angelo.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Conselho de Administração

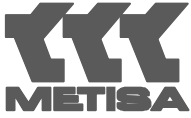
O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Edvaldo Angelo, é Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.

O Conselheiro de Administração, Wilson Harrison Jacobsen, é Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Conselho de Administração

O Controlador do emissor, Flávio Snell, é tio do Conselheiro de Administração Marcelo Massud.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell, é Diretor Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda, proprietária de 23,7% das ações ordinárias do emissor;

O Conselheiro de Administração, Ricardo Teixeira Mendes, é Diretor Vice-Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda.

12.10 Informar sobre as relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O Conselheiro de Administração, Wilson Harrison Jacobsen, é Superintendente da Subsidiária Integral do emissor, Metisa Florestal e Energética S.A..

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Edvaldo Angelo, é Diretor da Subsidiária Integral do emissor, Metisa Florestal e Energética S.A..

b) controlador direto ou indireto do emissor

O Controlador do emissor, Flavio Snell, é Diretor Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda e o Conselheiro de Administração, Ricardo Teixeira Mendes, é Diretor Vice-Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda.

O Conselheiro de Administração Mário Luiz Marques é Diretor da CARÁBAS S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio, cujo Acionista Controlador é o Controlador do emissor.

A Conselheira de Administração Márcia Valéria dos Santos Rosa presta serviços de consultoria sobre mercado de capitais à ELITE CCVM.

c) caso seja relevante, fornecer, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos Administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não se aplica

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos :

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia objetiva oferecer a seus Administradores uma remuneração equivalente a praticada no mercado, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado a suas funções, e sua competência e reputação profissional.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários fixos dentro do limite máximo, definido pela Assembléia Geral Ordinária que no caso do emissor está proposto, em no máximo até 2,5% da Receita Bruta Operacional, aprovados anualmente, e posteriormente, fixados individualmente, pelo Conselho de Administração a cada membro; remuneração variável - participação nos lucros, dependendo do resultado do exercício, limitado, segundo o Estatuto Social da Companhia e conforme o Artigo 152º da Lei Nº 6.404/1976, a 10% do Lucro Líquido.

A Companhia, em decorrência destes critérios de remuneração, objetiva a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado e o reconhecimento pelos resultados atingidos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2018 (%)</u>	<u>2019 (%)</u>	<u>2020 (%)</u>
Honorários	78,3	77,2	100
Participação nos Lucros	21,7	22,8	-

Observações:

a) tendo em vista que a participação nos lucros possui como base o Lucro Líquido do Exercício, para o ano de 2020, não temos como estimar esse percentual.

b) Referente ao exercício de 2020, a Companhia efetuou uma previsão somente da parte fixa da remuneração dos Administradores, porquanto, não possuímos uma estimativa declarada de resultados para o corrente ano.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são definidos anualmente após a realização da Assembléia Geral Ordinária, pelo Conselho de Administração, e são baseados em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia para seus Administradores, conforme já assinalado, é baseada em práticas de mercado e em consonância com os objetivos da Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador de desempenho levado em consideração na determinação da remuneração variável dos Administradores é o Lucro Líquido do exercício.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos Administradores é dividida entre uma parte fixa, correspondente ao Pro Labore e uma parcela variável proporcional ao Lucro Líquido obtido. A maior ou menor participação da remuneração variável, observado o limite legal, reflete o indicador de desempenho da Administração do emissor - o Lucro Líquido, objetivo final de uma sociedade de caráter empresarial.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A política da Companhia leva em consideração, conforme já mencionado, as responsabilidades de cada Administrador, o tempo dedicado a suas funções, sua competência e reputação profissional, remuneração de seus serviços no mercado e os interesses dos Acionistas do emissor.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretos ou indiretos

Uma subsidiária integral da Companhia remunera a título de honorários fixos, 2 (dois) Diretores do emissor. Os valores da remuneração representaram no exercício de 2019 um total de R\$ 35.400,00.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ÓRGÃO	2020 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.121	2.474	380	5.975
Salários ou Pro Labore	3.121	2.474	380	5.975
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável				
Bônus				
Participação nos Resultados				
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	4.062	3.360	380	7.802

ÓRGÃO	2019 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.121	2.474	380	5.975
Salários ou Pro Labore	3.121	2.474	380	5.975
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável				
Bônus				
Participação nos Resultados	941	886	-	1.827
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	4.062	3.360	380	7.802

Observações:

a) foram mantidos os mesmos valores pagos à título de remuneração fixa em 2019.

b) a participação nos lucros, não foi possível mensurar, no entanto, deverá ser limitada ao total do montante fixo,

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2018 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	2.992	2.370	365	5.727
Salários ou Pro Labore	2.992	2.370	365	5.727
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável	765	721		1.486
Bônus				
Participação nos Resultados	765	721		1.486
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	3.757	3.091	365	7.213

ÓRGÃO	2017 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	2.934	2.591	360	5.885
Salários ou Pro Labore	2.934	2.591	360	5.885
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável	734	692		1.426
Bônus				
Participação nos Resultados				
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	3.668	3.283	360	7.311

13.3 Em relação à remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ÓRGÃO	2020 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	(1)	(1)	(2)	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2019 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	941	886	-	1.827
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

ÓRGÃO	2018 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	765	721	-	1.486
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	765	721	-	1.486

ÓRGÃO	2017 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	734	692	(2)	1.426
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	734	692	-	1.426

Observações:

1) em relação a participação nos resultados, os valores máximos estão limitados ao total da remuneração fixa, como também a 10% do Lucro Líquido do exercício social. A participação individual nos lucros do emissor são determinados pelo Conselho de Administração, após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis do exercício social em questão.

2) os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo do exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	4.156.966	1.512.232	5.669.198

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	673	12.746	13.419

CONSELHO FISCAL	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	1	0	1

13.6 Em relação a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações
 - i. data de outorga

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- ii. quantidade de opções outorgadas
- iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- iv. prazo máximo para exercício das opções
- v. prazo de restrição à transferência das ações
- vi. preço médio, ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d) valor justo das ações na data de outorga
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferências das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d) em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) modelo de precificação
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d) forma de determinação da volatilidade esperada
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) nome do plano
- d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e) Condições para se aposentar antecipadamente
- f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

ÓRGÃO	2019 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.903	1.470	76	3.449
Valor da menor remuneração individual	220	774	76	1.070
Valor médio da remuneração individual	451	1.120	76	2.717

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2018 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.765	1.353	73	3.191
Valor da menor remuneração individual	121	717	73	911
Valor médio da remuneração individual	376	1.030	73	1.479

ÓRGÃO	2017 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.720	1.438	72	3.230
Valor da menor remuneração individual	201	766	72	1.039
Valor médio da remuneração individual	408	1.094	72	1.574

Observação: Os montantes referem-se a remuneração anual e a participação estatutária nos lucros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor

Não há instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	2019	2018	2017
Conselho de Administração	86,35%	85,85%	80,12%
Diretoria Estatutária	23,03%	23,21%	23,34%
Conselho Fiscal	60,00%	60,00%	60,00%

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

ÓRGÃO	2019 (Em R\$)	2018 (Em R\$)	2017 (Em R\$)
Conselho de Administração	265.536,00	265.536,00	265.536,00
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

ÓRGÃO	2019 (Em R\$)	2018 (Em R\$)	2017 (Em R\$)
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária	51.959,00	49.132,00	77.112,00
Conselho Fiscal	-	-	-

Observação: Refere-se a remuneração anual de dois Diretores do emissor que prestam serviços na Subsidiária Integral METISA Florestal e Energética S.A.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A. para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 24 de abril de 2020, às 10:00 horas, em sua sede social à Rua Fritz Lorenz, 2442, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019.
2. Proposta do Conselho de Administração para a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2019, no valor de R\$18.000.781,74 (dezoito milhões, setecentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos), a saber:
 - a) R\$900.039,09 (novecentos mil, trinta e nove reais e nove centavos) a título de Reserva Legal;
 - b) R\$6.855.608,00 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais), para pagamento de dividendos, com tratamento fiscal de juros sobre capital próprio, a saber: a) R\$0,36 (trinta e seis centavos) por ação ordinária e a R\$0,40 (quarenta centavos) por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2019 e pagos no dia 06 de junho de 2019, e, b) R\$0,36 (trinta e seis centavos) por ação ordinária e a R\$0,40 (quarenta centavos) por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019 e pagos no dia 17 de dezembro de 2019, totalizando os dois pagamentos os valores anuais de R\$0,72 (setenta e dois centavos) por ação ordinária e R\$0,80 (oitenta centavos) por ação preferencial;
 - c) R\$567.621,61 (quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos), para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais que serão destinados para investimentos, conforme Orçamento de Capital;
 - d) R\$9.677.513,04 (nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e treze reais e quatro centavos) referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2019, acrescido do valor de R\$2.107.158,59 (dois milhões, cento e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), correspondente ao custo atribuído realizado de R\$568.002,53 (quinhentos e sessenta e oito mil, dois reais e cinquenta e três centavos), mais o valor realizado das Reservas de Lucros a Realizar de R\$1.539.156,06 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e seis centavos), totalizando R\$11.784.671,63 (onze milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), que serão mantidos em conta de Reserva de Lucros para futuros investimentos e/ou capital de giro, conforme orçamento de capital;
3. Eleição dos Membros do Conselho de Administração, reconhecida a possibilidade do exercício das faculdades de que trata o artigo nº 141 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores;
4. Fixação do montante global anual dos honorários dos Administradores, a vigorar até a próxima Assembleia Geral Ordinária, no montante global de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) da receita operacional bruta anual;
5. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração.

Aviso aos Acionistas

■ Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, bem como nos sites da METISA (www.metisa.com.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o relatório da Administração; (ii) as demonstrações financeiras; (iii) o parecer do conselho fiscal; (iv) o parecer dos auditores independentes, tudo relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2019 e publicados em 19.03.2020 nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense, e demais documentos relativos as matérias a serem discutidas na Assembléia Geral Ordinária.

■ Em atenção à Instrução CVM Nº 282 de 26.06.1998, informamos que o percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 6%.

■ Os Acionistas poderão ser representados na Assembléia por Procurador com mandato outorgado na forma do parágrafo primeiro, do artigo nº 126, da Lei nº 6.404/76.

■ Os Acionistas cujas ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC deverão depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas, comprovante expedido pela referida Instituição. Deverão,



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

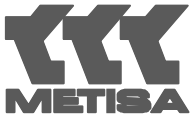
igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação, se forem representados por Procuradores.

■ Caso opte pelo voto a distância, até o dia 17.04.2020 (inclusive) deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: 1) ao escriturador das ações da Companhia, Banco Itaú, através do site Itaú Assembleia Digital; ou 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou ainda 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia; • para os investidores com ações custodiadas na B3 ou diretamente no escriturador, além dos processos de participação acima elencados, a Companhia também permitirá o exercício do direito de voto de modo eletrônico, com até 72 horas de antecedência da data da Assembléia; • em eventual eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, conforme estabelece o Parágrafo Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76.

Timbó (SC), 10 de março de 2020.

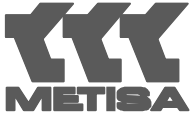
Flavio Snell

Presidente do Conselho de Administração



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ANEXO 21F - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Nome do Acionista:
CNPJ ou CPF do Acionista:
E-mail:
Orientações de preenchimento Caso opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos dos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá preencher o presente Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que somente será considerado válido e os votos aqui proferidos contabilizados no quórum das Assembleias Gerais, se observadas as seguintes instruções: (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente. Não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco a sua consularização.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá: (i) Preencher e enviar diretamente à Companhia; ou (ii) Transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações a seguir: <i>-Exercício de voto a distância por meio do custodiante.</i> O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras adotadas pelo subcustodiante, o qual, encaminhará as referidas manifestações de voto à Central Depositária da [B] ³ . Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus agentes de custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos. Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções e o boletim devidamente preenchido para seus agentes até sete dias antes da data da realização da assembleia, ou seja, até 17 de abril de 2020 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. A Companhia, de acordo com a legislação vigente, terá até 3 úteis dias após o recebimento do boletim para comunicar o acionista que os documentos enviados estão aptos para que o voto seja considerado válido ou para avisar a necessidade de retificação e reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham, informando o prazo de recebimento dos mesmos em até sete dias antes da realização da assembleia. Desta forma, é recomendável que o acionista envie o boletim de voto, que será disponibilizado pela Companhia pelo menos com um mês antes da data da realização da assembleia e os documentos relativos, com maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para avaliação pela Companhia e eventual retorno com motivos para retificação, correção e ressubmissão dos mesmos. Vale ressaltar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da [B] ³ , ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF e CNPJ.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 21F - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

- Exercício do voto a distância por meio de envio do boletim pelo acionista diretamente à METISA

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos ao Departamento de Relações com Investidores e aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

(i) Via física do presente boletim de voto devidamente preenchido, assinado e com todas as páginas rubricadas;

(ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos: a. Pessoas físicas: • Documento válido de identidade com foto e número CPF, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”); • No caso de procurador (constituído a menos de um ano antes da data da realização da AGO), enviar procuração com firma reconhecida do procurador, acompanhado dos requisitos contidos no item anterior. b. Pessoas jurídicas: • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; • CNPJ; e • Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”). c. Para fundos de investimento: • Último regulamento consolidado do fundo com CNPJ; • Estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e • Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”). Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e respectivas alterações. Caso este boletim seja encaminhado diretamente à Companhia e não esteja adequadamente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este poderá ser desconsiderado e o acionista será informado por meio de endereço de e-mail indicado.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na sede da Companhia em até sete dias, ou seja, até 17 de abril de 2020 (inclusive), na Rua Fritz Lorenz, 2442, Distrito Industrial, 89120-000, Timbó (SC), ou através o endereço eletrônico: dri@metisa.com.br.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

- Exercício do voto a distância por meio do administrador das ações escriturais

Adicionalmente às opções anteriores, o acionista com ações no sistema escritural poderá exercer o seu direito de voto a distância por meio do Banco Itaú, instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Companhia. Neste caso, o acionista/procurador que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções: • Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site:



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 21F - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

<http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/> . • Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação. • Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo (SP)
Atendimento a Acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades) O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. Email: atendimentoescriuracao@italu-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2019.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2019.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

3. Proposta dos acionistas controladores para definição de 9 (nove) integrantes para compor o Conselho de Administração.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Questão Simples

4. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976.

Sim Não Abster-se

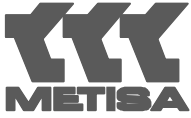
Eleição de Membros do Conselho de Administração por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 8

5. Indicação de candidatos ao conselho de administração (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral)

Flavio Snell

Aprovar Rejeitar Abster-se

Edvaldo Angelo



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ANEXO 21F - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aprovar Rejeitar Abster-se

Ricardo Teixeira Mendes

Aprovar Rejeitar Abster-se

Márcia Valéria dos Santos Rosa

Aprovar Rejeitar Abster-se

Otto dos Santos

Aprovar Rejeitar Abster-se

Marcelo Massud

Aprovar Rejeitar Abster-se

Mário Luiz Marques

Aprovar Rejeitar Abster-se

Alessandra Casagrande Angelo

Aprovar Rejeitar Abster-se

6. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos candidatos que você escolheu?

Sim Não Abster-se

7. Visualização de todos os candidatos para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída

Flavio Snell [] %

Edvaldo Angelo [] %

Ricardo Teixeira Mendes [] %

Márcia Valéria dos Santos Rosa [] %

Adriana Short Soares dos Santos [] %

Marcelo Massud [] %

Mário Luiz Marques [] %

Alessandra Casagrande Angelo [] %

Eleição do conselho de administração em separado - Preferenciais

8. Indicação de candidatos ao conselho de administração por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito (o acionista deverá preencher este campo caso tenha deixado o campo de eleição geral em branco e seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral)

Wilson Harrison Jacobsen

Aprovar Rejeitar Abster-se

9. Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 21F - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4º do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações com direito a voto a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado?

Sim Não Abster-se

Eleição do conselho fiscal por chapa única

Acionistas Controladores

Ramiro Heise

Riccardo Ferruccio Gobbo

Werner Kraus

10. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - Acionistas Controladores

Aprovar Rejeitar Abster-se

11. Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

Sim Não Abster-se

Eleição do conselho fiscal em separado - Ordinárias

12. Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto (o acionista deverá preencher este campo caso tenha deixado o campo de eleição geral em branco)

Vinício Pedro Cemin

Aprovar Rejeitar Abster-se

Eleição do conselho fiscal em separado - Preferenciais

13. Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito

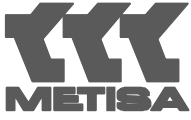
Leopoldo Francisco Raimo

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

14. Proposta para remuneração dos Administradores, a vigorar até a próxima Assembléia Geral Ordinária, no montante global de até 2,5 % da Receita Operacional Bruta anual.

Aprovar Rejeitar Abster-se



METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.
COMPANHIA ABERTA - TIMBÓ (SC)
CNPJ Nº 86.375.425/0001-09 - NIRE 423.0000744-7

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ANEXO 21F - BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Cidade : _____
Data : _____
Assinatura : _____
Nome do Acionista : _____
Telefone : _____